

O texto desta História véneta conheceu vicissitudes que o leitor, nas notas efectuadas ao texto latino, tem a possibilidade de controlar. Como se pode ler na “Nota ao texto e à tradução”, após a morte de Bembo, em 1547, o texto foi entregue às autoridades venezianas, que o censuraram com cortes discutidos e decididos no Concílio dos Dez. A versão primitiva perdeu-se, acabando o autógrafo italiano por ser descoberto nos arquivos venezianos e publicado em 1790.

Os doze livros que compõem esta obra, de que se apresenta na “Introdução” uma súmula do conteúdo de cada um, privilegiam essencialmente dois focos de acontecimentos: a primeira fase das guerras italianas (1494-1513) e o conflito com os Turcos a Oriente. A espaços, surgem algumas interessantes digressões, como a que no livro VI contempla as viagens de Colombo ao Novo Mundo e as dos Portugueses ao Oriente.

Uma questão a que Robert W. Ulery, editor e tradutor, dedica especial atenção nesta breve “Introdução” tem a ver com a qualidade do trabalho de Bembo como historiador. A opinião mais generalizada da crítica, aqui representada por Eric Cochrane (*Historians and Historiography in the Italian Renaissance*, Chicago, 1981), é a de que esse trabalho deixará muito a desejar, fruto sobretudo da atitude que Bembo terá tomado face à tarefa de que se viu incumbido. Ele nunca teria tido a intenção de escrever história e sempre esteve distante do tipo de vida e dos eventos sobre os quais trabalhou. Ao assumir tal projecto, tê-lo-á tratado como uma empresa essencialmente literária, à maneira de Tito Lívio, o seu principal modelo. Ou seja: procurou moldar narrações, de que dispunha, numa forma literária convincente para o senado veneziano e a elite governamental em geral. Com base na correspondência do próprio Bembo, fica-se a saber que este se empenhou numa representação literária da história de Veneza que reflectisse quer a imagem que a elite veneziana tinha de si própria, quer a ideia que o resto da Europa deveria formar do *Ethos* daquela república e do papel por ela desempenhado no período entre o fim da guerra com Ferrara (1478) e a morte do Papa Júlio II (1513).

O estilo que percorre o texto latino desta História foi objecto de várias apreciações críticas, algumas exageradas, na óptica de Robert Ulery, como as de Justo Lúpsio. Este humanista alemão reprova sobretudo o uso de perífrases rebuscadas, num esforço, muito típico de Bembo, de evitar neologismos e manter a todo o custo a terminologia da Roma republicana para descrever a realidade veneziana de finais do século XV e inícios do XVI. Assim, a título de exemplo, o termo *rex* surge usado para os reis de França, Espanha ou Inglaterra; *praefectus*, para o cargo de governador ou presidente de câmara; *duces* ou *principes* para os senhores das cidades-estado. Mais curioso ainda é este esforço purista de Bembo aplicado às realidades da Igreja Romana, com expressões como *sacrae uirgines* para designar “monjas”, *sacrarum uirginum collegium* para designar “convento”, ou *aqua et igni interdictio* para o conceito de “excomunhão”.

Um conjunto de pequenas secções fecham este volume, contendo informações complementares, indispensáveis a uma plena e bem sustentada compreensão de questões de vária ordem, derivadas tanto do texto latino como da correspondente tradução. São elas, além da já referida “Nota ao texto e à tradução”, as “Notas ao texto”, as “Notas à tradução”, a “Bibliografia” e um “Índice” remissivo de nomes próprios.

MANUEL JOSÉ DE SOUSA BARBOSA

ADRIANO MILHO CORDEIRO, *Registos sobre um Borrador de huma arte poética que se intentava escrever*, [s.l.], Gráfica Almondina, 2008. 15 pp. ISBN 978-989-20-1068-7

O título desta publicação atraiu-nos na expectativa de encontrar uma edição da *Arte Poética* de D. António de Ataíde; trata-se afinal da leitura de uma secção do texto, precedida de uma apresentação (“Registos sobre um Borrador [...]”, como o autor lhe chama) e de um prefácio de Alexandre Figueiredo (intitulado “À Guisa de Prefácio”).

A secção em causa é a que trata da comédia, dedicando um capítulo à origem e outro à sua definição (fls. 12r-17r). Não se trata de uma edição crítica ou semi-crítica; o autor, aliás, não define o seu trabalho editorial sobre o texto, não explicita as normas de trans-

crição e não explica os sinais gráficos utilizados. Verificámos igualmente que nem sempre se indicam algumas operações textuais, tanto editoriais como autógrafas: os desenvolvimentos de abreviaturas geralmente não surgem a itálico; alguns cancelamentos não são registados e algumas notas marginais são ignoradas.

Tratando-se de um manuscrito autógrafo e, como o título indica, de um texto que não se chegou a concluir e passar a limpo, é natural encontrar apontamentos nas margens, frases inseridas entre linhas e palavras riscadas. Não se utilizam, no entanto, símbolos que indiquem as várias operações e emendas ao texto; consequentemente, as notas de rodapé que incluem texto cancelado e texto marginal arrastam sempre essa mesma explicação – não indicando, todavia, a cronologia dos cancelamentos e substituições. Quanto a texto entre linhas, vimos que por vezes surge entre parênteses oblíquos, mas como não há indicação do que significa o uso desse símbolo, o leitor que não esteja a confrontar o texto impresso com o manuscrito não perceberá o que denota esse sinal nem sequer que existe texto entre linhas.

Ainda no que diz respeito a símbolos gráficos, o autor não utiliza a usual *crux* para indicar passagens ilegíveis, recorrendo em vez disso a reticências dentro de parênteses rectos – apenas raramente fazendo acompanhar esse sinal de nota explicativa sobre a ilegibilidade da passagem. Ocorre também um ponto de interrogação entre parênteses rectos, presumivelmente para indicar dúvida de transcrição.

As dificuldades de leitura são as expectáveis deste tipo de suporte, acrescidas pela ocasional elisão de palavras em consequência do corte das margens exteriores da folha. O autor não só omite esta informação como geralmente não indica quando se trata de leituras conjecturáveis, que nem sempre serão bem fundadas. É o caso da linha final do fólio 14v, ilegível devido ao corte da margem; vêem-se ainda alguns fragmentos de letras, porém insuficientes para discernir o que o autor oferece como “leitura possível”.

Encontramos ainda vários erros de leitura ao nível da palavra, pontuação, acentuação e capitalização. Por exemplo, numa citação da versão latina da *Poética* de Aristóteles, a forma verbal “obtulisset” (legível) é transcrita como “obtubisset”, acompanhada de um ponto de interrogação entre parênteses rectos – não se tratando portanto de lapso gráfico, mas de leitura que suscita dúvida. Mais à frente, num passo menos claro, o autor regista “mansiol [?]” onde se deveria ler “manauit”. Outro exemplo, em vernáculo, é o nome “eupolis”, que talvez por causa da minúscula inicial é entendido como “em polis” (sem indicação de dúvida), leitura desprovida de sentido; a passagem é inequívoca, relatando-se o episódio em que Alcibíades atira Êupolis ao mar como castigo por o ter difamado nas suas comédias.

Quanto à introdução, ocorrem alguns erros atribuíveis a falta de revisão (erros de pontuação, omissão pontual de palavras, notas de rodapé repetidas ou cortadas), mas sobretudo carece de organização e exactidão. As notas de rodapé contêm extensas citações, por vezes repetindo-se essa informação no texto principal, outras vezes não sendo clara a relevância das anotações.

O autor procura fazer, brevemente, a história da transmissão da *Poética* de Aristóteles, baseando-se em outros autores. Fica, no entanto, por estabelecer para além do óbvio e já sabido – isto é, que a *Poética* aristotélica é fundamental para um tratado de poesia de finais do século XVI –, a relação com o texto de D. António de Ataíde. Aliás, pouco se diz sobre o texto que, afinal, se está a divulgar: quais as características do códice e problemas de edição; qual a história da sua composição e transmissão, tanto quanto é possível saber; que textos estão na base desta *Arte Poética*; quais as suas particularidades, elementos de originalidade e aspectos de convergência/divergência em relação a outros textos normativos; qual o seu lugar entre outras obras do género; qual a sua relação com os textos literários da época; etc. O leitor não ganha muito com uma introdução que, em vez de apresentar, discutir e problematizar o texto que se publica, consiste numa fraca exposição de relevância questionável. O autor salienta que a importância deste texto é “incomensurável”, mas não diz porquê.

O valor e o interesse da *Arte Poética* de D. António de Ataíde foram já evidenciados por Aníbal Pinto de Castro, num artigo da *Revista da Universidade de Coimbra* (vol. 31, 1984), e Isabel Almeida, na sua antologia de *Poesia Maneirista* (Lisboa, Editorial Comunicação, 1998); ambos incluem excertos do texto. Também se encontra uma leitura parcial em *Maneirismo e Barroco* (coord. Maria Lucília Pires e José Adriano de Carvalho), ter-

ceiro volume da *História Crítica da Literatura Portuguesa* (dir. Carlos Reis, Lisboa, Verbo, 2001). Destes trabalhos, o autor ignora o de Isabel Almeida. Todavia, não desconhecendo os outros dois, declara que a divulgação do texto começa com o seu próprio trabalho (“*hic et nunc* pela primeira vez”), bizarra contradição. Proclama ainda retirar D. António de Ataíde “do pó dos tempos”. Além da incorrecção de tais afirmações, o discurso do autor é impregnado de auto-indulgência e elogio de si mesmo.

ANA FILIPA TEIXEIRA LEITE GOMES FERREIRA

LILIANE BODSON, *L'interprétation des noms grecs et latins d'animaux illustrée par le cas du zoonyme sēps-seps*. Bruxelles, Académie Royale de Belgique, Classe des Lettres, 2009. 368 pp. ISBN 978-2-8031-02631

Liliane Bodson é membro da Classe des Lettres da Academia Real da Bélgica e especialista de conhecimentos zoológicos e das relações entre o homem e o animal na Antiguidade grega e romana. Criou e editou a colecção “Colloques d'histoire des connaissances zoologiques”; as suas publicações, que incluem a indexação dos três grandes tratados “zoo- e biológicos” aristotélicos, valeram-lhe vários prémios a nível nacional e internacional.

A presente obra constitui o primeiro estudo minucioso dos empregos zoonómicos de *sēps-seps* e suas implicações linguísticas, zoológicas, toxicológicas e médicas.

Partindo da análise do campo lexical do termo *sēps* (à letra “lugar que se putrefaz”), originariamente confinado à linguagem médica, bem como de outros termos de idêntica etimologia (*sēpein*- “putrificar”; *sēpedon*- “afecção putrificante”; *sēpsis*- “acção de (se) putrificar, putrefacção”, etc.), L. Bodson traça o quadro lexical e sanitário no qual *sēps* destacou, dentro da categoria dos *herpeta* – “rastejantes” (terrestres e aquáticos) – uma parte dos animais venenosos identificados como responsáveis por feridas de efeitos “sépticos” exacerbados. Como termo médico, na sua forma feminina, *sēps* ocorre, também, no tratado hipocrático das *Epidemias* na acepção de alterações cutâneas associadas a perturbações orgânicas no ser humano.

Apoiando-se em fontes iconográficas e textuais (excluídos os vestígios arqueozoológicos por falta de pertinência), a autora analisa-as incisivamente nas suas potencialidades e dinâmica heurísticas, surpreendendo pela mestria analítica-sintética com que procede ao levantamento e exploração da documentação antiga (contabilizando 63 ocorrências distribuídas entre o fim do período clássico grego – séculos IV-III a.C – e o fim da época bizantina – século XV d. C. – num total de 31 autores – entre os quais Aristóteles, Nicandro, Plínio-o-Velho, Dioscórides) e moderna (entre outras, a consulta de bases electrónicas de documentação naturalista), revelando um grande domínio crítico no manejo do *corpus* das fontes como, também, a capacidade de identificação clara do objecto em análise, a saber: o alcance original de *sēps-seps*.

Ao considerar o léxico zoológico tradicional, L. Bodson faz notar que um mesmo nome pode abranger duas ou mais espécies de animais de acordo com critérios de analogia baseados na forma, cor, marcas ou comportamento. Um dos contributos originais e inovadores da pesquisa consiste no cruzamento das informações de conteúdo zoológico levantados na totalidade da documentação sobre concepções antigas dos “vivos animais mortais” com as suas correspondências zoológicas e biológicas actuais permitindo deste modo aceder “à l'évaluation des critères signalétiques antiques et de leur portée diagnostique pour l'interprétation des zonymes”. Os resultados da investigação vieram confirmar a produtividade das hipóteses levantadas bem como a eficácia da metodologia adoptada pela autora, quer no que respeita à determinação de alguns dos animais, quer na identificação de outros ao nível da espécie e demais níveis taxonómicos anteriormente confundidos ou passado despercebidos.

Outros resultados da investigação mostram que o zoónimo *sēps-seps* opera uma conexão transversal entre quatro categorias zoológicas, estabelecendo, igualmente, para um número limitado de unidades taxonómicas (por exemplo, a dos lepidópteros no estado larvar) um agrupamento baseado não só em critérios toxicológicos como, também, antropológicos.